



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

*Discurso na solenidade de
lançamento de programas na área
do trabalho, emprego e habitação*

PALÁCIO DO PLANALTO, BRÁSILIA, DF, 29 DE ABRIL DE 1999

Senhor Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, Francisco Dornelles; Senhores Ministros de Estado que aqui se encontram; Senhor Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano, Sérgio Cutolo; Senhores Governadores, Senhores Parlamentares; Senhores Presidentes de centrais sindicais e patronais; Senhores Sindicalistas; Senhoras e Senhores,

Depois da exposição do Doutor Cutolo e do Ministro Dornelles, cabe pouco ao Presidente da República, no que diz respeito, especificamente, aos textos que aqui foram firmados e à implementação das políticas de habitação, de emprego e desenvolvimento, que estão propostas nesses documentos.

Eu queria apenas, ao cumprimentar a operosidade do Ministro Dornelles, a eficiência do Ministro Cutolo e o esforço coletivo das centrais sindicais, do Ministério do Trabalho, do Ministério do Desenvolvimento, enfim, de todos aqueles que estão empenhados no desenho dessas resoluções que levam à implementação de políticas sociais, reafirmar a importância do que se está fazendo neste momento. Não que seja tudo novo. Alguns desses programas já existem. Alguns desses

programas vêm se desenvolvendo no decorrer dos últimos anos. Mas alguns são novos.

Especificamente no que diz respeito à questão habitacional, o esforço feito vai na direção de atender às camadas de baixa renda, e com modalidades que são inovadoras, que permitem que se supere uma das maiores dificuldades, à qual me referirei mais adiante, que é o custo do financiamento. Permite por quê? Porque se está propondo, aqui, a construção para aluguel. Só que esse aluguel, depois de um certo período de habitação, se transforma em propriedade.

É sabido que na experiência de conjuntos habitacionais existentes no Brasil – que são muitos, numerosos – existe uma desistência do mutuário. E a rotatividade de quem está habitando a casa é muito grande. Isso não é especificamente um fenômeno brasileiro, mas, no nosso país, ganha uma grande importância, até porque vem acompanhado de outro, que é da rotatividade de mão-de-obra e, agora, da mobilidade ocupacional.

É, portanto, importante que se criem condições para que as pessoas possam, realmente, utilizar melhor esses recursos disponíveis e para que esses recursos sejam desenhados de tal maneira que possam atender a essas peculiaridades da clientela específica à qual vão servir.

Isso significa que estamos, efetivamente, criando condições para que os mais pobres possam ocupar suas casas e, se nelas permanecerem, transformar-se em proprietários. E resolvemos a questão, que hoje é permanente, de pessoas que, não tendo podido vender a casa, vendem, como se diz, com “contrato de gaveta” e, muitas vezes, lesando alguns interessados.

Mas, mais do que isso, os cálculos feitos pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano mostram – e a Caixa Econômica operou ativamente nisso, e eu agradeço à Caixa, assim como agradeço ao BNDES e ao Banco do Brasil – que é possível, de uma maneira engenhosa, ultrapassar o obstáculo do custo do financiamento. E o custo do aluguel será mais baixo. E bem mais baixo do que seria o custo da mensalidade do mutuário, se fosse considerada casa própria, porque se evita a famosa TR que todos sabem que tem efeitos bastante desastrosos no orçamento doméstico.

Então, é um mecanismo pelo qual conseguimos começar a nos ajustar a uma economia que há de ser, daqui para a frente, cada vez mais estável. Num dado momento, será possível resolver o conjunto das questões de forma adequada, como estamos fazendo agora. Mas, desde já, com essa programação, se resolve esse empecilho. Isso faz com que haja, realmente, maior acesso às populações de camadas de baixa renda, no caso específico de até seis salários mínimos.

Mais do que isso, se incentivam, também, os construtores, que poderão utilizar esses recursos para que eles sejam, depois, obtidos através de mecanismos com a Caixa Econômica e que, depois, isso possa ser transformado em aluguéis. E esses aluguéis serão terceirizados, para que possamos agilizar ainda mais todo esse mecanismo e para que não haja entraves burocráticos na gestão desse programa.

Exemplifiquei com esse programa, e os números foram aqui apresentados: são cerca de 3 bilhões de reais gerando algumas centenas de milhares de empregos e atendendo a duas centenas de milhares de beneficiários. Mas, além desses 3 bilhões de reais que vêm, em grande parte, dos recursos que são do FAT, há, como já foi dito e ressaltado pelo Doutor Cutolo, um aporte direto do Tesouro como subsídio claro: 550 milhões de reais.

Gostei de ver a afirmação do Secretário Cutolo, dizendo que é assim que se faz. Dá-se o subsídio, põe-se no Orçamento e não se embute isso para gerações futuras pagarem ou para os governos futuros pagarem, criando questões fiscais muitas vezes quase insuperáveis, como os Governadores aqui presentes sabem que existem em nosso país.

No que diz respeito a outro programa de grande importância, que é o de qualificação de mão-de-obra, os números impressionam. Muitas vezes, quando se mencionam esses números, as pessoas não crêem. Aqui se mencionaram 3 milhões de trabalhadores treinados neste ano. Treinados por quem? Pelo Governo? Não só pelo Governo Federal. Pelo contrário, o governo federal proporciona os recursos e os mecanismos. Mas participam os governos estaduais, às vezes, os

municípios e, crescentemente, as centrais sindicais e os sindicatos, em um esforço coletivo de qualificação profissional.

Insisto em que a implementação desses programas é fundamental. É fundamental e, mais do que nunca, agora. E por que digo mais do que nunca, agora? Porque não é segredo para ninguém que estamos fazendo um esforço muito grande para ultrapassar dificuldades econômicas derivadas de problemas financeiros de grande complexidade. E é neste momento que o Governo tem que insistir nas políticas sociais.

Quantas vezes tenho repetido aqui, neste Palácio, e pelo Brasil afora, que não podemos encarar o ajuste fiscal como o oposto a políticas sociais? Só de má-fé se poderia imaginar que o Governo está fazendo o ajuste fiscal e não cuidando das políticas sociais, porque seria criminoso. Pelo contrário, temos que manter e ampliar as redes de proteção social, que não são apenas essas que geram emprego, que geram qualificação, que vão até a questão da reforma agrária, aos assentamentos, que geram casas para habitação. Há muitos outros programas.

Ainda recentemente, tive a oportunidade de reafirmar a importância dos programas da Secretaria de Assistência Social do Ministério da Previdência, que atendem diretamente populações carentes para as quais o Governo, no seu conjunto, transfere renda da ordem de 17 bilhões de reais em programas que, de uma maneira ou de outra, são programas de alguma renda mínima. Esses programas têm que continuar, assim como esses novos que estamos lançando, e têm que se intensificar, exatamente em um momento em que a economia passa por uma – espero – pequena retração.

Eu disse, há pouco, que desenhamos esses programas tendo em vista um futuro que vá permitindo, gradativamente, superar-se o custo do dinheiro. Apraz ver que, com todas as dificuldades, o Governo insiste em uma política reta, que é, ao mesmo tempo, de ajuste fiscal, mas também da criação de condições para que os setores público e privado possam investir. E isso depende, basicamente, de uma política que dê sustentação a uma taxa de juros declinante. Condição necessária para a retomada do desenvolvimento e, portanto, para uma oferta mais ampla de emprego.

Não podemos nunca perder de vista que os objetivos centrais de um país como o Brasil não podem ser apenas os de ajustes. Têm que ser ajustes para propiciar crescimento. E é o que nós estamos fazendo neste momento. É o que nós continuaremos a fazer pelos meses afora.

Já referi, tantas vezes, ao horror que tenho às cassandras, àqueles que só vêem dificuldades, empecilhos, obstáculos, crises. Elas existem. Todos eles existem. Mas um país como o nosso tem disposição de superá-las. É o que estamos fazendo. E mesmo para espanto de muitos, daqui e de fora, as dificuldades estão sendo superadas. Não foram, todavia, superadas, mas estão sendo superadas, talvez, até com mais rapidez e com muita energia, de tal maneira que muitos ficarão surpresos com a velocidade dessa recuperação.

O último dado que vi relativo à expectativa de inflação da Fipe, em São Paulo, apontava para uma taxa de menos de 10% – de 9%, neste ano. Compare-se com o que se dizia, no começo do ano, quanto aos níveis de inflação e quanto às imagens, tantas vezes reiteradas, de uma inflação que seria galopante e que poria por terra o grande esforço do Plano Real, cujo resultado, palpável para a população, é a quebra da inflação, é a continuidade da estabilidade nos preços.

Apraz-me dizer que, nesta batalha, conseguimos ganhar alguns passos importantes. Já não existe o temor de que todo o esforço de cinco anos, que teve como resultado o aumento da melhoria de vida do povo, desaparecesse como consequência de uma crise financeira. A crise existe, o ajuste será feito, mas nós estamos conseguindo, não por ardis de governo, mas pela vontade do povo brasileiro, que entendeu que é fundamental manter a estabilidade.

E aqueles que estão em inadimplência – e são tantos –, aqueles que não puderam pagar à Caixa Econômica – que são tantos – anteveirão, nesse programa novo, a possibilidade de ter um orçamento mais controlado, de um custo da habitação mais mensurado à situação dos seus orçamentos, e com um risco menor de serem afetados pela variação eventual do custo de vida e, sobretudo, do custo dos juros. Esse mecanismo permite superar essa dificuldade.

É exatamente nesse momento, Senhores Ministros, Senhor Ministro do Trabalho, que me parece importante que se mantenha viva essa vontade de continuar com políticas sociais, que não podem ser feitas isoladamente.

Agradeço, por isso, o empenho dos governadores, dos prefeitos mas, sobretudo, das forças sindicais do Brasil, que estão sabendo discernir e entender o que é político do que é necessário para a sociedade, e não misturar as coisas. Ao apoiarem, como apóiam, um ato de política social, momentânea e com um contorno definido, não empenham o seu apoio a nenhum ato político do Governo, nem sequer ao conjunto da política do Governo. Mas sabem distinguir a importância de estar trabalhando junto para o povo e não para o Governo.

Isso é democracia, isso é país maduro, é país que é capaz de entender o papel de cada um e o momento em que cada um se manifesta, no seu papel apropriado, estando favorável ou contra tal ou qual aspecto da política, mas não fazendo, nunca, o jogo da crise, o jogo da negatividade, o jogo dos que dizem sempre não, mesmo quando esse não, eventualmente, possa até beneficiar um grupo, mas prejudica o conjunto. Agradeço a presença das forças sindicais, que simbolizam e expressam esse momento de maturidade da vida política brasileira.

Estou certo de que com o empenho que vi aqui, com a energia que vi aqui, dos que me precederam, usando da palavra, e com a solidariedade que existe na sociedade, que percebe, mais do que nunca, quando se põe em risco alguma coisa importante como a estabilidade, que é preciso manter o rumo, estou certo de que saberemos, com propriedade, com tranquilidade, com discernimento, separando o joio do trigo, manter o rumo, sempre pensando que não tem sentido que se separe o bem do Brasil do bem do povo. O bem do Brasil é o bem do povo. Espero que essas políticas sirvam ao nosso povo.

Muito obrigado.